

STJ00118438

Fauzi Hassan Choukr

INICIAÇÃO AO PROCESSO PENAL

2ª Edição



Manuais



Copyright © 2018 by Fauzi Hassan Choukr

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Imagem Capa: João Vitor Ferigato Choukr (7 anos). Ensaio sobre Monet. Óleo sobre tela. 2015.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

C477i

Choukr, Fauzi Hassan

Iniciação ao processo penal / Fauzi Hassan Choukr. - 2. ed. - Florianópolis [SC] :

Tirant Lo Blanch, 2018.

856 p. : il. : 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788594771483

1. Direito penal - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. I. Título.

18-49181

CDU: 343.1(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

| | |
|---|-----------|
| FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS..... | 19 |
| 1. CONCEITO DE PROCESSO PENAL..... | 19 |
| 2. OBJETO DO PROCESSO PENAL..... | 19 |
| 3. FINALIDADES DO PROCESSO PENAL..... | 20 |
| 4. A CONFORMAÇÃO DO PROCESSO PENAL À CONSTITUIÇÃO E À CADH..... | 21 |
| 4.1 MOVIMENTOS DE REFUNDAÇÃO DO PROCESSO PENAL: A COSTRUÇÃO LEGISLATIVA E O PAPEL DA DOUTRINA..... | 21 |
| 4.2 O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO..... | 28 |
| 5. MODELOS PROCESSUAIS E ESTRUTURA CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL..... | 40 |
| 5.1. OPÇÕES TÉCNICO-POLÍTICAS E REFUNDAÇÃO DO ORDENAMENTO PROCESSUAL PENAL..... | 40 |
| 5.2. PERMANÊNCIAS DA INQUISITIVIDADE..... | 45 |
| 6. A DOUTRINA E A FORMAÇÃO DO PROCESSO PENAL..... | 52 |
| 7. A IMPORTÂNCIA DO PAPEL NORMATIVO DOS TRIBUNAIS NA FORMAÇÃO DO PROCESSO PENAL..... | 55 |
| 8. FONTES LEGISLATIVAS DE DIREITO INTERNO..... | 58 |
| 8.1 LIMITES “NEGATIVOS” À PRODUÇÃO DA NORMA PROCESSUAL PENAL..... | 59 |
| 8.1.1. A “lei delegada”..... | 59 |
| 8.1.2. A medida provisória..... | 60 |
| 8.2. OPÇÕES “POSITIVAS” À PRODUÇÃO DA NORMA PROCESSUAL..... | 61 |
| 8.2.1. A “lei ordinária”..... | 61 |
| 8.2.2. A “Lei Complementar” e seu papel no modelo legislativo Processual Penal..... | 62 |
| 8.3. PONTOS DE ESTRANGULAMENTO DO SISTEMA NORMATIVO..... | 62 |
| 8.3.1. A competência legislativa sobre processo e procedimento..... | 62 |
| 8.3.2. Os limites normativos sobre organização judiciária..... | 63 |
| 9. NORMA PROCESSUAL PENAL..... | 66 |
| 9.1 ESTRUTURA DA NORMA PROCESSUAL PENAL..... | 66 |
| 9.1.1. Das chamadas normas mistas ou híbridas..... | 67 |
| 9.1.2. A integração do ordenamento processual e os limites à analogia..... | 67 |
| 9.2 EFICÁCIA DA NORMA NO TEMPO..... | 68 |
| 9.3 EFICÁCIA DA NORMA NO ESPAÇO..... | 71 |
| 9.4. INTERPRETAÇÃO DA NORMA..... | 71 |

CAPÍTULO 2

| | |
|---|-----------|
| DOS SUJEITOS NO PROCESSO PENAL..... | 73 |
| 1. A PESSOA ACUSADA..... | 73 |
| 1.1. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL DA POSIÇÃO JURÍDICA DA PESSOA ACUSADA..... | 73 |
| 1.1.1. A presunção de inocência..... | 73 |
| 1.1.1.1. Projeções da presunção de inocência..... | 73 |
| 1.1.2. Presunção de inocência e presunção de não culpabilidade..... | 74 |
| 1.1.3. Desdobramentos: o direito ao conhecimento da persecução..... | 76 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| 1.1.3.1. | O art. 366 do CPP na Lei 9271/96..... | 77 |
| 1.1.3.2. | A citação ficta e sua desconformidade à CADH..... | 78 |
| 1.1.4. | O direito de não produzir prova contra si mesmo..... | 80 |
| 1.1.5. | O interrogatório e o direito ao silêncio..... | 85 |
| 1.1.5.1. | O local do interrogatório e a carta-precatória..... | 87 |
| 1.1.5.2. | O ato à distância: o emprego da videoconferência..... | 87 |
| 1.1.5.3. | A estrutura do interrogatório..... | 89 |
| 1.1.5.4. | Interrogatório e confissão..... | 90 |
| 1.1.5.5. | Interrogatório e intervenção de correu..... | 91 |
| 1.2. | A INIMPUTABILIDADE DA PESSOA ACUSADA..... | 91 |
| 2. | A PESSOA ACUSADA: PESSOA JURÍDICA..... | 93 |
| 3. | A POSIÇÃO JURÍDICA DA VÍTIMA..... | 96 |
| 3.1. | VÍTIMA NO CENÁRIO PROCESSUAL PENAL – ALGUMAS OBSERVAÇÕES HISTÓRICAS..... | 96 |
| 3.2. | A VÍTIMA NA CR/88..... | 97 |
| 3.2.1. | Vítima e controle da inação do Ministério Público na Constituição de 1988..... | 98 |
| 3.2.2. | Vítima e Lei 9099/95..... | 99 |
| 3.2.3. | A vítima no Código de Processo Penal..... | 100 |
| 3.2.3.1. | Vítima e prova penal..... | 100 |
| 3.2.3.2. | Assistência psicossocial à vítima..... | 103 |
| 3.2.3.3. | O ressarcimento à vítima: a ação civil <i>ex delicto</i> | 104 |
| 3.2.3.3.1. | A ação executiva <i>ex delicto</i> | 107 |
| 3.2.3.3.1.1. | Sentença condenatória ilíquida..... | 108 |
| 3.2.3.3.1.2. | Sentença condenatória parcialmente líquida: o art. 387 do CPP..... | 108 |
| 3.2.3.3.2. | Ação civil de conhecimento <i>ex delicto</i> | 115 |
| 3.2.3.3.2.1. | Os limites de prejudicialidade da sentença absolutória penal..... | 115 |
| 3.2.3.3.2.2. | Os limites de prejudicialidade do arquivamento da investigação criminal..... | 116 |
| 3.2.3.3.2.3. | Juízo competente..... | 116 |
| 3.2.3.3.2.4. | Legitimação ativa e passiva..... | 117 |
| 3.2.3.3.2.5. | Prescrição para a propositura da ação..... | 118 |
| 3.2.3.3.3. | O ressarcimento no NCPP..... | 118 |
| 3.2.3.4. | Habilitação como assistente de acusação..... | 120 |
| 3.2.3.5. | Habilitação como terceiro na interposição de recursos..... | 124 |
| 3.3. | O SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS (E TESTEMUNHAS) DE CRIMES..... | 124 |
| 3.3.1. | A gênese do modelo brasileiro..... | 124 |
| 3.3.2. | A concepção do modelo brasileiro na legislação em vigor – Lei 9807/98..... | 127 |
| 3.3.3. | Forma de gestão do programa de proteção..... | 129 |
| 3.3.4. | Aspectos processuais do modelo brasileiro..... | 130 |
| 3.3.5. | Pontos de reflexão sobre o funcionamento dos programas de proteção..... | 132 |
| 4. | DO JUÍZ..... | 133 |
| 4.1. | FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS..... | 133 |
| 4.2. | A VEDAÇÃO DE ATUAR..... | 134 |
| 4.2.1. | Causas de suspeição, impedimento ou incompatibilidades..... | 135 |
| 4.2.2. | A exceção de suspeição ou impedimento..... | 136 |
| 4.2.3. | Propostas no NCPP..... | 136 |
| 5. | DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 137 |
| 5.1. | FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS..... | 138 |
| 5.2. | GARANTIAS ORGÂNICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO: COMPREENSÃO E ÂMBITO DE ATUAÇÃO..... | 142 |
| 5.3. | DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO “PROMOTOR NATURAL”..... | 144 |
| 5.4. | O CONFLITO ENTRE ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 147 |
| 5.5. | PROPOSTAS NO NCPP..... | 149 |
| 6. | DA DEFESA TÉCNICA..... | 150 |
| 6.1. | ASPECTOS GERAIS..... | 150 |

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 6.1. A DEFESA TÉCNICA GRATUÍTA | 152 |
| 6.2. PROJETO DE REFORMA DO NCPP | 155 |
| 7. PERITOS E INTÉRPRETES | 160 |
| 7.1. TRATAMENTO NO CPP | 160 |
| 7.2. TRATAMENTO NO NCPP..... | 160 |

CAPÍTULO 3

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA NO

PROCESSO PENAL..... 161

| | |
|--|-----|
| 1. DA JURISDIÇÃO | 161 |
| 1.1. DEFINIÇÃO | 161 |
| 1.2. UNICIDADE DA JURISDIÇÃO..... | 161 |
| 1.3. JURISDIÇÃO, SOBERANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS | 162 |
| 1.3.1. Jurisdição Universal – conceito e manifestações..... | 163 |
| 1.3.1.1. Jurisdição universal e princípio da complementariedade: o relacionamento do Brasil com o Tribunal Penal Internacional | 165 |
| 1.4. OBJETIVOS DA JURISDIÇÃO..... | 167 |
| 1.5. RELAÇÃO DA JURISDIÇÃO COM O DIREITO DE AÇÃO | 168 |
| 1.6. JURISDIÇÃO, DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL..... | 170 |
| 1.6.1. Princípios | 170 |
| 1.6.1.1. Inafastabilidade | 170 |
| 1.6.1.2. Indelegabilidade | 171 |
| 1.6.1.3. Inércia | 171 |
| 1.6.1.4. Imprescindibilidade..... | 172 |
| 1.7. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA..... | 173 |
| 2. DA COMPETÊNCIA | 174 |
| 2.1. DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA | 174 |
| 2.1.1. A perpetuação da competência (perpetuatio jurisdictionis) | 175 |
| 2.2. COMPETÊNCIA COMO PRESSUPOSTO PROCESSUAL | 176 |
| 2.3. COMPETÊNCIA COMO MATÉRIA DE PROCESSO E ATRIBUIÇÃO PARA LEGISLAR..... | 177 |
| 2.4. AS ESPÉCIES DE COMPETÊNCIA: ABSOLUTA E RELATIVA | 180 |
| 2.4.1. Consequências práticas da distinção entre competência absoluta e relativa | 181 |
| 2.4.2. Os meios de impugnação de acordo com as espécies de competência | 182 |
| 2.4.2.1. Competência absoluta e sua impugnação..... | 182 |
| 2.4.2.2. Competência relativa e sua impugnação | 182 |
| 2.5. AS ETAPAS DE CONCRETIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA: CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA..... | 185 |
| 2.6. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA | 186 |
| 2.6.1. Espécies | 186 |
| 2.6.1.1. Critério territorial | 186 |
| 2.6.1.1.1. Identificação da territorialidade | 186 |
| 2.6.1.1.1.1. Pela “Consumação” e “princípio do esboço do resultado” | 186 |
| 2.6.1.1.1.2. Atos de execução e territorialidade..... | 187 |
| 2.6.1.1.1.3. Territorialidade e crimes continuado e permanente | 190 |
| 2.6.1.1.1.4. Pelo “domicílio” ou “residência”..... | 190 |
| 2.6.1.1.1.5. Pela escolha da parte | 191 |
| 2.6.1.2. Critério em razão da matéria | 192 |
| 2.6.1.2.1. O incidente de deslocamento de competência (IDC)..... | 195 |
| 2.6.1.2.1.1. Conceito | 195 |
| 2.6.1.2.1.2. Emenda 45 e o IDC | 195 |
| 2.6.1.2.1.3. O Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) e sua mecânica política – comparação de casos práticos | 196 |
| 2.6.1.2.1.4. Aspectos práticos da propositura do IDC | 199 |
| 2.6.1.2.1.5. IDC e efetiva tutela de direitos humanos..... | 201 |

| | |
|---|------------|
| 2.6.1.2.2. Violência de gênero | 202 |
| 2.6.1.2.3. Juizados Especiais Criminais | 205 |
| 2.6.1.2.4. Crimes dolosos contra a vida | 206 |
| 2.6.1.3. Critério hierárquico-funcional – foro por prerrogativa de função | 214 |
| 2.6.1.4. Da distribuição | 222 |
| 2.7. CRITÉRIOS DE MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA | 223 |
| 2.7.1. Espécies, finalidades e regime de atuação | 223 |
| 2.7.2. Continência | 227 |
| 2.7.2.1. Conexão e suas Espécies | 229 |
| 2.7.3. Prevenção | 230 |
| 2.8. CONFLITO DE COMPETÊNCIA | 232 |
| 2.9. MATERIAL COMPLEMENTAR | 234 |
| 2.9.1. Súmulas do STJ e STF sobre competência em matéria penal | 234 |

CAPÍTULO 4

DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

| | |
|--|------------|
| 1. CONCEITO | 237 |
| 2. DINÂMICA | 237 |
| 3. ESPÉCIES | 238 |
| 3.1. QUANTO AO CONTROLE DA INVESTIGAÇÃO | 238 |
| 3.1.1. Investigação pelo juiz – Juizado de Instrução | 238 |
| 3.1.2. Investigação pelo Ministério Público | 240 |
| 3.1.3. Investigação pela Polícia | 242 |
| 3.1.4. Investigação pela Defesa | 242 |
| 3.2. QUANTO AO TIPO DE CRIMINALIDADE | 244 |
| 3.2.1. Criminalidade de menor potencial ofensivo | 244 |
| 3.2.2. Meios investigativos e macrocriminalidade | 245 |
| 3.2.3. Criminalidade “ordinária” | 245 |
| 3.3. QUANTO AO MOMENTO DE SUA REALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO ATO INVESTIGATIVO | 246 |
| 3.3.1. Investigação “proativa” e Investigação reativa | 246 |
| 3.4. QUANTO AO CARGO OU FUNÇÃO DA PESSOA INVESTIGADA: INVESTIGAÇÃO E FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO | 246 |
| 4. FINALIDADE E IMPORTÂNCIA | 250 |
| 4.1. CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O FATO INVESTIGADO | 250 |
| 4.2. LIMITES DA UTILIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO PROCESSO DE CONHECIMENTO | 251 |
| 4.2.1. Comunhão de autos entre a investigação e o processo | 253 |
| 5. INSTITUIÇÕES E SUJEITOS ATUANTES | 254 |
| 5.1. POLÍCIA | 254 |
| 5.1.1. Conceito de Autoridade Policial | 256 |
| 5.1.2. Regras de exceção, suspeição ou impedimento e sua aplicação ao Delegado de Polícia | 257 |
| 5.2. MINISTÉRIO PÚBLICO | 257 |
| 5.2.1. Requisição de produção de atos de investigação antes do relatório final da Autoridade Policial | 258 |
| 5.2.2. Requisição de produção de atos de investigação após do relatório final da Autoridade Policial | 259 |
| 5.2.3. Controle externo da atividade policial | 259 |
| 5.3. MAGISTRATURA | 261 |
| 5.4. DEFESA TÉCNICA | 264 |
| 5.5. PESSOA SUSPEITA | 266 |

| | |
|---|------------|
| 5.5.1. Definição jurídica da condição de pessoa suspeita | 266 |
| 5.5.1.1. O indiciamento | 268 |
| 5.5.1.2. Coleta de informes sobre a pessoa suspeita (identificação criminal) | 271 |
| 5.5.1.3. Interrogatório da pessoa suspeita | 273 |
| 5.5.2. Presunção de Inocência | 273 |
| 5.5.3. Direito à Informação | 275 |
| 5.5.4. Intimidade, investigação e mídia: a “publicidade externa” | 275 |
| 5.6. PRODUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DOS ATOS INVESTIGATIVOS | 276 |
| 5.6.1. Vício na produção dos atos e seus reflexos processuais | 277 |
| 6. INVESTIGAÇÃO PELA POLÍCIA – INQUÉRITO POLICIAL | 278 |
| 6.1. DEFINIÇÃO | 278 |
| 6.2. INQUÉRITO POLICIAL: FORMAS DE INÍCIO | 279 |
| 6.2.1. Importância da definição da forma de início e controle da legalidade (habeas corpus) | 279 |
| 6.2.2. Prisão em flagrante | 279 |
| 6.2.2.1. Prisão em flagrante como precautela | 280 |
| 6.2.2.2. O estado de flagrância | 282 |
| 6.2.2.2.1. Considerações gerais | 282 |
| 6.2.2.2.2. Disciplina básica do estado de flagrância | 283 |
| 6.2.2.2.3. A crise do estado flagrancial | 288 |
| 6.2.2.3. Formalização do auto de prisão em flagrante | 293 |
| 6.2.2.3.1. A construção da autuação | 293 |
| 6.2.2.3.2. Regime jurídico da pessoa presa | 296 |
| 6.2.2.4. Autuação em flagrante e espécies de ação penal | 299 |
| 6.2.2.5. Vícios da atuação e suas consequências | 301 |
| 6.2.3. Inquérito iniciado por portaria | 301 |
| 6.2.3.1. Definição de portaria | 301 |
| 6.2.3.2. A partir de conhecimento provocado | 302 |
| 6.2.3.2.1. De origem conhecida | 302 |
| 6.2.3.2.2. Por informação anônima | 302 |
| 6.2.3.3. A partir de conhecimento “de ofício” da Autoridade Policial | 305 |
| 6.2.3.4. Por Requisição | 305 |
| 6.2.3.5. Requerimento | 306 |
| 6.3. ATOS DE INVESTIGAÇÃO | 306 |
| 6.3.1. Intervenções defensivas e a discussão sobre o contraditório | 307 |
| 6.4. INDICIAMENTO E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL | 309 |
| 6.5. JUÍZOS DE VALOR EFETUADOS PELA AUTORIDADE POLICIAL | 309 |
| 6.6. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO INQUÉRITO POLICIAL | 310 |
| 6.7. ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO: O ARQUIVAMENTO | 312 |
| 6.7.1. Papel dos intervenientes | 313 |
| 6.7.2. Arquivamento e “coisa julgada” | 314 |
| 6.7.3. Reabertura da investigação: art. 18 do CPP | 316 |
| 6.7.4. Inexistência de “arquivamentos implícitos” | 318 |

CAPÍTULO 5

FORMAÇÃO DA ACUSAÇÃO PENAL **319**

| | |
|--|-----|
| 1. DA ACUSAÇÃO PENAL | 319 |
| 1.1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS | 319 |
| 1.2. APONTAMENTOS SOBRE A LEGITIMAÇÃO PARA ACUSAR | 322 |
| 1.3. AS TÉCNICAS REITORAS DA ACUSAÇÃO | 323 |
| 1.3.1. A “Obrigatoriedade” de acusar: a acusação pública | 323 |
| 1.3.1.1. Releitura a partir da Lei do Crime Organizado (Lei 13850/ 2013) | 326 |
| 1.3.3. A “Indisponibilidade” de acusar | 327 |
| 1.3.4. A “Indivisibilidade” da acusação | 328 |
| 1.3.5. A classificação das formas de acusar e suas características | 328 |
| 1.3.6. A base para acusar: a “justa causa” | 329 |
| 1.3.6.1. Tentativa de conceituação | 329 |

| | |
|--|-----|
| 1.3.6.2. Inserção da justa causa nas “condições de ação” | 331 |
| 1.3.6.3. Tentativa de sistematização da justa causa nos precedentes | 333 |
| 1.3.6.4. A arguição da (ausência da) justa causa | 334 |
| 1.3.6.5. A renovação legislativa (Lei 11.719 de 2008) e a (re) construção do conceito de justa causa arguição da (ausência da) justa causa | 335 |
| 1.3.6.6. Justa causa e suporte probatório mínimo | 336 |
| 1.3.6.7. Justa causa hipótese autônoma para o recebimento da inicial acusatória (denúncia ou queixa-crime) e suporte probatório mínimo | 338 |
| 1.3.6.8. Momento do reconhecimento da justa causa | 339 |
| 1.3.6.9. Justa causa e perspectiva de recomposição do mundo da vida | 340 |
| 1.3.7. A veiculação da acusação e seus requisitos | 341 |
| 1.3.8. Os desvios da acusação | 343 |
| 1.3.8.1. A acusação abusiva | 344 |
| 1.3.8.2. A acusação alternativa | 345 |
| 1.3.8.3. A acusação genérica | 345 |
| 1.4. A VEICULAÇÃO DA ACUSAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO | 346 |
| 1.4.1. Função garantidora do objeto da acusação | 346 |
| 1.4.2. Algumas posições sobre o conceito de objeto do processo | 346 |
| 1.4.3. Crítica ao modelo brasileiro de controle sobre o objeto do processo | 348 |
| 1.4.4. A exceção de litispendência e a proteção do <i>ne bis in idem</i> | 349 |
| 1.5. ALTERAÇÕES NA ACUSAÇÃO | 350 |
| 1.5.1. Modificações na acusação pública (aditamento) | 351 |
| 1.5.1.1. Aditamento à descrição fática – art. 384 do CPP (<i>mutatio libelli</i>) | 352 |
| 1.5.1.2. Aditamento à qualificação da conduta – art. 383 do CPP (<i>emendatio libelli</i>) | 352 |
| 1.6. O CONTROLE DA INAÇÃO DO ACUSADOR PÚBLICO: A “AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA” | 353 |
| 1.6.1. Fundamentos legais | 353 |
| 1.6.2. Uma acusação pública ou privada? | 355 |
| 1.6.3. O desenvolvimento da atividade processual | 356 |

CAPÍTULO 6

TEORIA GERAL DO PROCEDIMENTO E

PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE 357

1. BASES GERAIS A PARTIR DO MODELO ACUSATÓRIO

CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL 357

1.1. A PRODUÇÃO DOS ATOS E SEUS PRINCÍPIOS REITORES 357

1.1.1. A oralidade como método essencial da acusatoriedade 357

1.1.2. A duração razoável do processo como controle para um processo efetivo e justo 362

1.1.2.1. Emenda Constitucional 45/04: duração razoável e celeridade do processo 362

1.1.2.2. Conceito de “duração razoável do processo”: fundamento da necessidade de definição legal “fechada” 364

1.1.2.3. A abrangência da “duração razoável”: a extensão de toda atividade persecutória 366

1.1.2.4. Consequências para a superação do prazo razoável 367

1.1.3. A publicidade 370

1.1.4. A indispensável participação da pessoa acusada: a impossibilidade da revelia 372

1.2. AS ESPÉCIES DE ATOS PROCESSUAIS 380

1.2.1. Atos comunicacionais 381

1.2.1.1. A divisão dos atos comunicacionais 381

1.2.1.2. A forma de produção dos atos comunicacionais 382

1.2.2. Atos comunicacionais e prazos processuais 382

1.2.2.1. Forma de contagem 382

1.2.2.2. Classificação dos prazos e suas consequências 384

1.2.3. Atos postulatórios 385

1.2.4. Atos instrutórios 386

1.2.5. Atos decisórios 386

| | |
|--|-----|
| 1.3. A SUSPENSÃO DA MARCHA PROCESSUAL PELAS QUESTÕES PREJUDICIAIS | 386 |
| 2. A SAÍDA ALTERNATIVA NO PROCESSO: A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89 DA LEI 9099/95)..... | 390 |
| 3. OS RITOS EM ESPÉCIE | 400 |
| 3.1. A CLASSIFICAÇÃO DOS RITOS | 400 |
| 3.2. OS PONTOS COMUNS A TODOS OS RITOS | 401 |
| 3.2.1. A base geral para os ritos e a supletividade do rito ordinário | 402 |
| 3.2.2. A forma e o momento do recebimento da acusação | 403 |
| 3.2.3. A absolvição sumária | 408 |
| 3.2.4. A busca da concentração e unicidade | 410 |
| 3.3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RITO SUMARÍSSIMO | 411 |
| 3.4. ANOTAÇÕES SOBRE OS RITOS ESPECIAIS | 418 |

CAPÍTULO 7

| | |
|---|------------|
| TRIBUNAL DO JÚRI | 421 |
| 1. A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DA JUSTIÇA PENAL | 421 |
| 1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL | 426 |
| 2. O JÚRI OBSERVADO A PARTIR DO JUIZ NATURAL | 433 |
| 2.1. A CAPACIDADE PARA ADMINISTRAR A JUSTIÇA PENAL: O JULGADOR LEIGO | 433 |
| 2.2. A ARREGIMENTAÇÃO EM ABSTRATO | 433 |
| 2.2.1. Formação da lista anual | 433 |
| 2.2.1.1. Lista Anual – Regime de inclusão | 437 |
| 2.2.1.1.1. Critério etário | 437 |
| 2.2.1.1.2. Gozo de direitos políticos | 438 |
| 2.2.1.1.3. Notória idoneidade | 438 |
| 2.2.1.2. Lista Anual – regime de exclusão | 439 |
| 2.2.1.2.1. Impossibilidade por razões de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução | 439 |
| 2.2.1.2.2. Hipóteses de isenção | 439 |
| 2.2.1.2.3. Escusa de consciência | 441 |
| 2.2.1.2.4. Participação concreta como julgador no ano anterior à formação da lista | 441 |
| 2.2.2. Formação da lista para a reunião periódica | 443 |
| 2.2.2.1. Observações introdutórias | 443 |
| 2.2.2.2. Regime de inclusão | 444 |
| 2.2.2.3. Regime de exclusão | 445 |
| 2.3. ARREGIMENTAÇÃO EM CONCRETO: FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA | 445 |
| 2.3.1. Observações preliminares | 445 |
| 2.3.2. Regime de escolha | 446 |
| 2.3.2.1. Procedimento inicial: verificação das cédulas | 446 |
| 2.3.2.2. Regime de escolha: verificação das hipóteses dos artigos 448 e 449 do CPP | 447 |
| 2.3.2.3. Regime de escolha: pedido de escusa | 448 |
| 2.3.2.4. Regime de escolha: recusa imotivada | 448 |
| 2.3.2.5. Saída do jurado e autorização judicial | 450 |
| 2.3.2.6. Dispensa “de ofício” do jurado | 450 |
| 2.3.2.7. Consolidação das escusas e dispensas na ata | 451 |
| 2.3.2.8. Ausência do jurado ou sua saída sem permissão: consequências | 451 |
| 2.3.2.9. Inclusão formal do jurado no conselho: juramento | 452 |
| 2.3.2.10. Jurado escolhido: regime de deveres | 452 |
| 2.3.2.10.1. incomunicabilidade | 453 |
| 2.4. DIREITOS, GARANTIAS E PRERROGATIVAS DO JUIZ NATURAL | 455 |
| 2.4.1. Base legal | 455 |
| 2.4.2. Fruição a partir de participação efetiva em julgamentos | 455 |

| | |
|---|-----|
| 2.4.3. Direito à prisão especial | 456 |
| 2.4.4. Direito de preferência em concursos públicos e licitações | 457 |
| 2.4.5. Direito ao não desconto dos vencimentos | 458 |
| 2.5. A EXCEÇÃO AO JUIZ NATURAL: O DESAFORAMENTO | 460 |
| 2.5.1. Aspectos gerais | 460 |
| 2.5.2. Momento da ocorrência | 461 |
| 2.5.3. Do procedimento do desaforamento | 461 |
| 2.5.5. Fundamentos do desaforamento no Código de Processo Penal e sua (in) adequação à Constituição | 465 |
| 2.5.5.1. Manutenção da ordem pública | 466 |
| 2.5.5.2. Preservação da segurança do réu | 466 |
| 2.5.5.3. Preservação da imparcialidade do julgador leigo | 467 |
| 2.5.5.4. Desaforamento por excesso de serviço ou excesso de prazo para julgamento | 468 |
| 2.5.5.5. Antecipação do julgamento | 469 |
| 2.5.6. Natureza da relação processual sobre o desaforamento | 469 |
| 2.5.7. natureza do provimento jurisdicional sobre o desaforamento | 470 |
| 2.5.8. Revisão das causas justificadoras do desaforamento: | 470 |
| 2.5.9. Desaforamentos sucessivos | 471 |
| 2.5.10. Reaforamento | 471 |
| 3. RITO DO TRIBUNAL DO JÚRI | 472 |
| 3.1. A ADMISSIBILIDADE DA CAUSA E SEU PROCESSAMENTO: OBSERVAÇÕES INICIAIS | 472 |
| 3.1.1. Especificidade do rito da fase de admissibilidade | 472 |
| 3.1.2. Denúncia e seus requisitos | 473 |
| 3.1.3. Recebimento da inicial da acusação e seus desdobramentos | 475 |
| 3.1.4. Defesa preliminar ou defesa prévia | 475 |
| 3.1.5. Forma de contagem do prazo para resposta para a defesa prévia | 476 |
| 3.1.6. (In)dispensabilidade da defesa prévia | 476 |
| 3.1.7. Oferecimento de “justificações” | 477 |
| 3.1.8. Oposição de exceções | 478 |
| 3.1.9. Dilação probatória inicial | 479 |
| 3.1.10. A intervenção do assistente da acusação | 479 |
| 3.1.11. Julgamento antecipado do art. 397 no rito do Júri | 480 |
| 3.1.12. Dinâmica da audiência de instrução, debates e julgamento | 480 |
| 3.1.13. Debates em audiência e apresentação <i>supletiva</i> de “memoriais” | 484 |
| 3.1.14. Prolação da decisão (sentido lato) | 486 |
| 3.1.15. Prazo para finalização do procedimento | 486 |
| 3.2. A FILTRAGEM DA ADMISSIBILIDADE | 487 |
| 3.2.1. Pronúncia | 487 |
| 3.2.1.1. Conceito | 487 |
| 3.2.1.2. Trabalhos da reforma legislativa | 487 |
| 3.2.1.3. Pronúncia e conformação da acusação em plenário | 488 |
| 3.2.1.4. “Princípio” <i>in dubio pro societate</i> | 489 |
| 3.2.1.5. Pronúncia e excesso de linguagem | 490 |
| 3.2.1.6. Comunicação da pronúncia | 490 |
| 3.2.1.7. Ampliação da legitimação passiva | 491 |
| 3.2.1.8. Pronúncia e coisa julgada | 492 |
| 3.2.1.9. Pronúncia e crime conexo | 493 |
| 3.2.2. Impronúncia | 494 |
| 3.2.3. Absolvição sumária | 497 |
| 3.2.4. Desclassificação | 497 |
| 3.3. PREPARAÇÃO PARA JULGAMENTO | 498 |
| 3.3.1. Conceito de reunião periódica | 499 |
| 3.3.2. Formação de pauta | 500 |
| 3.4. SESSÃO DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO | 501 |
| 3.4.1. Instalação da sessão | 501 |
| 3.4.2. Regime de presenças | 501 |

| | |
|---|-----|
| 3.4.2.1. A pessoa acusada (e a desnecessidade da presença) | 501 |
| 3.4.2.2. Ministério Público | 503 |
| 3.4.2.3. Defesa técnica | 504 |
| 3.4.2.4. Assistência da acusação | 505 |
| 3.4.2.5. Testemunhas | 505 |
| 3.4.3. Desenvolvimento da sessão | 507 |
| 3.4.3.1. instrução : conceito | 507 |
| 3.4.3.2. Ordem dos trabalhos | 507 |
| 3.4.3.3. Leitura de peças | 507 |
| 3.4.3.3.1. Peças permitidas | 508 |
| 3.4.3.3.2. Peças vedadas | 508 |
| 3.4.3.3.3. Tempo para leitura de peças | 508 |
| 3.4.3.4. Oitiva do Ofendido | 509 |
| 3.4.3.5. Oitiva de testemunhas | 509 |
| 3.4.3.6. Oitiva de peritos | 509 |
| 3.4.3.7. Oitiva de testemunhas "do juízo" | 510 |
| 3.4.3.8. Acareações | 510 |
| 3.4.3.9. Reconhecimento | 510 |
| 3.4.3.10. Reconstituição | 510 |
| 3.4.3.11. Intervenção dos jurados na instrução | 511 |
| 3.4.3.12. Oitiva da pessoa acusada | 511 |
| 3.4.3.13. Debates | 513 |
| 3.4.3.13.1. Tempo para as falas | 513 |
| 3.4.3.13.2. Tempo de fala na acusação privada | 513 |
| 3.4.3.13.3. Apartes | 514 |
| 3.4.3.13.4. Conteúdo dos debates | 514 |
| 3.4.3.13.5. Intervenção do juiz togado nos debates | 515 |
| 3.4.3.13.6. Vinculação do acusador à pronúncia | 515 |
| 3.4.3.13.7. "Plenitude de defesa" e reses em plenário | 516 |
| 3.4.3.13.8. Vedação material aos debates | 517 |
| 3.4.3.13.9. Menção a documentos "novos" | 519 |
| 3.4.3.13.10. Sanção ao uso de temas vedados nos debates | 520 |
| 3.4.4. Do julgamento | 520 |
| 3.4.4.1. Preparação para julgamento e instrução extraordinária | 520 |
| 3.4.4.2. Quesitação aberta aos jurados sobre a aptidão para votar | 521 |
| 3.4.4.3. Etapas de obtenção do <i>veredicto</i> | 521 |
| 3.4.4.3.1. DO QUESTIONÁRIO | 521 |
| 3.4.4.3.1.1. Aspectos gerais | 521 |
| 3.4.4.3.1.2. Base legal do questionário: evolução da matéria | 522 |
| 3.4.4.3.1.3. Ordem e conteúdo dos quesitos no modelo legal | 523 |
| 3.4.4.3.1.4. Ordem e conteúdo dos quesitos no caso concreto | 524 |
| 3.4.4.3.1.5. Apresentação do questionário em plenário e impugnações | 528 |
| 3.4.4.3.2. A votação | 528 |
| 3.4.4.3.2.1. Clausura dos julgadores | 528 |
| 3.4.4.3.2. Da votação e obtenção do veredicto | 529 |
| 3.4.5. A prolação da sentença e formação da ata de julgamento | 531 |

CAPÍTULO 8

DA PROVA NO PROCESSO PENAL..... 533

| | |
|--|-----|
| 1. TEORIA GERAL DA PROVA..... | 533 |
| 1.1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS DO DIREITO À PROVA..... | 533 |
| 1.2. CONCEITO DE PROVA..... | 535 |
| 1.2.1. Desdobramentos do conceito de prova:..... | 536 |
| 1.2.1.1. Prova e juiz natural..... | 536 |
| 1.2.1.2. Prova emprestada..... | 539 |
| 1.3. A PRODUÇÃO PROBATÓRIA ADEQUADA: EXTENSÃO DA PROVA E OBJETO DO PROCESSO..... | 540 |
| 1.4. DIFERENCIAÇÃO ENTRE PROVA E MEIO DE PROVA..... | 542 |

| | |
|--|-----|
| 1.4.1. A obtenção coercitiva do meio de prova | 543 |
| 1.4.1.1. A busca e apreensão | 543 |
| 1.4.1.1.1. A restituição de coisas apreendidas | 545 |
| 1.4.1.2. A condução coercitiva | 546 |
| 1.4.2. Preservação do meio de prova: cadeia de custódia | 548 |
| 1.5. TIPICIDADE DOS MEIOS DE PROVA | 549 |
| 1.6. DIFERENÇA ENTRE PROVA E OUTRAS FONTES DE COGNIÇÃO | 551 |
| 1.6.1. Indícios | 551 |
| 1.6.2. Evidências | 552 |
| 1.6.3. Vestígios | 552 |
| 1.7. ETAPAS DE CONCRETIZAÇÃO DA PROVA | 553 |
| 1.7.1. Requerimento | 553 |
| 1.7.2. Juízo de admissibilidade | 553 |
| 1.7.3. Produção | 553 |
| 1.8. VALORAÇÃO DA PROVA: O LIVRE CONVENCIMENTO JUDICIAL E SUA MOTIVAÇÃO | 554 |
| 1.9. A CRISE PROBATÓRIA: CAUSAS E REGRAS DE EXCLUSÃO | 556 |
| 1.9.1. Ilicitude probatória | 557 |
| 1.9.1.1. Conceito desde a CRJ/88 até a reforma de 2008 (lei 11690/ 2008) | 557 |
| 1.9.1.2. Conceito após a reforma de 2008 (lei 11690/2008) | 559 |
| 1.9.1.3. A sanção processual pelo emprego do meio probatório ilícito | 561 |
| 1.9.1.4. A admissibilidade da prova ilícita pro societate | 563 |
| 1.9.1.5. A Admissibilidade da prova ilícita pro societate | 565 |
| 1.9.1.6. A responsabilização pela inserção do meio de prova ilícito | 566 |
| 1.9.1.7. A prova ilícita e suas consequências: movimentos na jurisprudência no direito inglês, na Suprema Corte Americana e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos | 567 |
| 2. MEIOS PROVAS EM ESPÉCIE | 571 |
| 2.1. MEIO DE PROVA PESSOAL | 571 |
| 2.1.1. Regime jurídico da testemunha | 571 |
| 2.1.1.1. Regra Geral | 571 |
| 2.1.1.2. Do momento de indicação das testemunhas | 571 |
| 2.1.1.3. Do número de testemunhas | 572 |
| 2.1.1.4. Das exceções ao dever de testemunhar | 573 |
| 2.1.1.5. Compromisso | 574 |
| 2.1.1.6. Da impugnação ao compromisso: a contradita | 574 |
| 2.1.1.7. Direitos da Testemunha | 575 |
| 2.1.1.8. Da produção da prova testemunhal | 577 |
| 2.1.1.8.1. Do modo da tomada do depoimento | 577 |
| 2.1.1.8.2. Do local do depoimento | 580 |
| 2.1.1.8.3. Do momento do depoimento | 582 |
| 2.1.1.8.4. Da duração do depoimento | 582 |
| 2.1.1.8.5. Do conteúdo do depoimento | 583 |
| 2.1.1.8.6. Do confronto de depoimentos | 584 |
| 2.1.2. Regime jurídico do reconhecimento de pessoas ou coisas | 584 |
| 2.2. MEIO DE PROVA PERICIAL | 585 |
| 2.2.1. Regime jurídico | 585 |
| 2.3. MEIO DE PROVA DOCUMENTAL | 589 |
| 2.3.1. Definição e espécies de documento | 589 |
| 2.3.2. Momento da juntada | 590 |
| 2.3.3. Documento e contraditório | 590 |
| 2.3.4. A autenticidade do documento | 590 |
| 2.3.5. Impugnação da prova documental: o incidente de falsidade | 591 |
| 3. MEIOS EXTRAORDINÁRIOS DE OBTENÇÃO DE MEIOS E ELEMENTOS DE PROVA | 591 |
| 3.1. A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA | 591 |
| 3.2. A COLABORAÇÃO PREMIADA | 594 |
| 3.2.1. Coexistência (?) de modelos normativos de colaboração premiada | 595 |

| | |
|--|-----|
| 3.2.2. A colaboração premiada no cenário probatório | 600 |
| 3.2.3. A colaboração e a pessoa suspeita ou acusada | 600 |
| 3.2.3.1. Colaboração na ótica do direito de defesa | 600 |
| 3.2.3.2. Efetividade e voluntariedade da colaboração | 601 |
| 3.2.4. Objeto da colaboração | 603 |
| 3.2.5. Concretização da colaboração | 603 |
| 3.2.6. Efeitos da colaboração | 609 |
| 3.2.7. A figura do “colaborador contumaz” | 611 |
| 3.3. A INFILTRAÇÃO DE AGENTES | 612 |
| 3.3.1. A “infiltração de agentes” na Lei 10.217/2001 | 614 |
| 3.3.2. A infiltração de agentes na Lei 13850/2013 | 615 |
| 3.4. A AÇÃO CONTROLADA | 618 |

CAPÍTULO 9

SENTENÇA E COISA JULGADA PENAIS 619

| | |
|---|-----|
| 1. SENTENÇA PENAL | 619 |
| 1.1. ASPECTOS GERAIS DA SENTENÇA PENAL | 619 |
| 1.2. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS CONVENCIONAIS | 620 |
| 1.2.1. Dever de motivar | 620 |
| 1.2.2. Vinculação temática ao objeto do processo | 649 |
| 1.2.3. Vinculação temática à postulação das partes | 649 |
| 2. A COISA JULGADA PENAL | 651 |
| 2.1. CONCEITO | 651 |
| 2.2. O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA COMO MARCO DA COISA JULGADA E PRODUÇÃO DE SEUS EFEITOS: HABEAS CORPUS (HC) 126292 | 655 |
| 2.3. ESPÉCIES: COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL | 660 |
| 2.4. LIMITES DA COISA JULGADA | 661 |
| 2.4.1. Limites Objetivos | 661 |
| 2.4.1.1. O descumprimento da transação penal | 661 |
| 2.4.2. Limites Subjetivos | 663 |
| 2.5. A EXCEÇÃO DA COISA JULGADA | 663 |
| 2.6. A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA ABSOLUTÓRIA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS | 664 |
| 2.6.1. Perante o Tribunal Penal Internacional | 664 |
| 2.6.2. No controle de convencionalidade | 670 |

CAPÍTULO 10

TEORIA GERAL DOS RECURSOS E RECURSOS EM ESPÉCIE 671

| | |
|--|-----|
| 1. AS FUNÇÕES DE UM SISTEMA DE REVISÃO DE DECISÕES JUDICIAIS | 671 |
| 2. BASES GERAIS DO MODELO DE REVISÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS | 672 |
| 2.1. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO | 672 |
| 2.2. AS LACUNAS DO DUPLO GRAU E SUA SUBSTITUIÇÃO POR AÇÕES AUTÔNOMAS | 676 |
| 2.3. DUPLO GRAU E MODELO ACUSATÓRIO DE PROCESSO | 677 |
| 2.4. ORALIDADE E DUPLO GRAU | 683 |
| 2.5. O DUPLO GRAU E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO | 684 |
| 2.6. CONCEITOS COMUNS AO EXERCÍCIO DO DUPLO GRAU | 684 |
| 2.6.1. Legitimidade e interesse para recorrer | 684 |

| | |
|--|------------|
| 2.7. TEMPESTIVIDADE. | 686 |
| 2.8. DA ADEQUAÇÃO RECURSAL | 688 |
| 2.9. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE | 689 |
| 2.10. EFEITOS DOS RECURSOS | 691 |
| 3. DOS RECURSOS EM ESPÉCIE | 694 |
| 3.1. APELAÇÃO | 694 |
| 3.2. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO | 698 |
| 3.3. CARTA TESTEMUNHÁVEL | 699 |
| 3.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO | 700 |
| 3.5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE | 701 |
| 3.6. AGRAVO | 702 |
| 3.7. CORREIÇÃO PARCIAL | 703 |
| 3.8. RECURSOS CONSTITUCIONAIS | 703 |
| 3.8.1. Recurso especial | 703 |
| 3.8.2. Recurso extraordinário | 704 |
| 3.9. PROTESTO POR NOVO JÚRI – REJEIÇÃO CONSTITUCIONAL E REVOGAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL | 707 |

CAPÍTULO 11

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO. 711

| | |
|--|------------|
| 1. HABEAS CORPUS | 711 |
| 1.1. BASE CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL E SÚMULAS NO STF | 711 |
| 1.2. OBJETO | 712 |
| 1.3. ASPECTOS GERAIS | 716 |
| 1.3.1. HC no plano do direito de ação | 716 |
| 1.3.2. Espécies de HC | 717 |
| 1.3.3. Legitimação | 718 |
| 1.3.4. Definição da responsabilidade pela coação | 718 |
| 1.3.5. Situações geradoras da impetração | 718 |
| 1.3.6. Liminar em Habeas Corpus: a dinâmica construtiva dos direitos fundamentais | 719 |
| 1.3.7. Sentença e seus efeitos | 720 |
| 1.3.8. Impugnação | 720 |
| 2. DO MANDADO DE SEGURANÇA. 721 | 721 |
| 2.1. O RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA NA ÁREA PENAL | 721 |
| 2.2. ASPECTOS GERAIS DA LEI 12.016/2009 QUE INCIDEM NA ÁREA PENAL | 722 |
| 2.2.1. Impugnações judiciais e administrativas na área penal e o esgotamento das vias recursais | 723 |
| 2.2.2. Legitimidade ativa do Promotor de Justiça para impetração | 726 |
| 2.2.3. Presença do litisconsorte “necessário” | 727 |
| 2.2.4. Mandado de Segurança objetivando conferir efeito suspensivo a recurso | 727 |
| 3. DA REVISÃO CRIMINAL | 728 |
| 3.1. FUNDAMENTOS LEGAIS: MARCO CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL | 728 |
| 3.2. ASPECTOS GERAIS | 729 |
| 3.2.1. Justificação teórica | 729 |
| 3.2.2. Objeto | 730 |
| 3.2.3. Legitimidade | 733 |
| 3.2.4. Hipóteses de ajuizamento | 733 |
| 3.2.5. Competência para ajuizamento | 735 |
| 3.2.6. Procedimentalização | 736 |
| 3.2.7. Efeitos da decisão | 737 |

CAPÍTULO 12

| | |
|--|------------|
| PROCESSO PENAL CAUTELAR..... | 739 |
| 1. TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL CAUTELAR..... | 739 |
| 1.1. LEGALIDADE ESTRITA DAS CAUTELARES PENAIS: A INEXISTÊNCIA DO “PODER GERAL DE CAUTELA” | 740 |
| 1.2. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES EX LEGGE | 741 |
| 1.3. AÇÃO CAUTELAR E MEDIDA CAUTELAR | 741 |
| 1.4. MEDIDAS CAUTELARES E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA | 744 |
| 1.5. A DURAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR | 746 |
| 1.6. CONTROLE JUDICIAL | 750 |
| 2. PROCEDIMENTO E ETAPAS DE CONCRETIZAÇÃO DA NECESSIDADE CAUTELAR | 752 |
| 2.1. PROVOCAÇÃO DA DETERMINAÇÃO | 755 |
| 2.2. MOMENTO DE VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE CAUTELAR | 756 |
| 2.3. MÉTODO PARA APURAÇÃO DA NECESSIDADE CAUTELAR..... | 757 |
| 2.3.1. O método escrito como regra | 757 |
| 2.3.1.1. A audiência de custódia | 759 |
| 2.4. COGNIÇÃO DA NECESSIDADE CAUTELAR E SUA FUNDAMENTAÇÃO..... | 763 |
| 2.4.1. ASPECTOS GERAIS..... | 763 |
| 2.4.2. Os fundamentos do art. 312 do CPP | 764 |
| 2.4.2.1. Ordem pública | 765 |
| 2.4.2.2. Garantia da ordem econômica..... | 768 |
| 2.4.2.3. Garantia da instrução criminal | 769 |
| 2.4.2.4. Garantia da futura aplicação da lei penal | 770 |
| 2.4.2.5. Descumprimento das medidas alternativas | 770 |
| 2.4.3. O art. 313 do CPP | 771 |
| 2.4.3.1. Quantidade de pena | 772 |
| 2.4.3.2. Existência de condenação anterior por crime doloso | 772 |
| 2.4.3.3. Garantia de execução de medidas proreivas de urgência | 773 |
| 2.4.3.4. Necessidade cautelar e verificação da identidade da pessoa suspeita | 773 |
| 2.4.4. Os Pressupostos do art. 282 o CPP | 774 |
| 2.4.4.1. Necessidade..... | 774 |
| 2.4.4.2. Adequação..... | 776 |
| 2.5. AS CAUTELARES PESSOAIS EM ESPÉCIE | 777 |
| 2.5.1. As cautelares não encarceradoras (“medidas alternativas” à prisão cautelar): histórico legislativo | 778 |
| 2.5.1.1. Aspectos técnicos para a determinação das medidas alternativas..... | 780 |
| 2.5.1.2. Medidas alternativas e detração | 782 |
| 2.5.1.3. Espécies das medidas alternativas..... | 783 |
| 2.5.1.3.1. Das que incidem sobre a liberdade de locomoção..... | 783 |
| 2.5.1.3.2. Das que incidem sobre o exercício das atividades funcionais | 785 |
| 2.5.1.3.3. Da fiança | 786 |
| 2.5.1.3.3.1. Critérios para fixação da fiança | 787 |
| 2.5.1.3.3.2. Valores e exoneração da fiança | 788 |
| 2.5.1.3.4. Da liberdade provisória: A equivocada redação do art. 321 do CPP..... | 788 |
| 2.5.2. As cautelares privativas de liberdade | 790 |
| 2.5.2.1. A prisão preventiva | 790 |
| 2.5.2.1.1. A prisão preventiva como sanção ao descumprimento de outras medidas alternativas ou medidas assecuratórias | 791 |
| 2.5.2.1.2. Prisão preventiva determinada de plano..... | 792 |
| 2.5.2.1.3. Da forma de cumprimento da prisão preventiva: a prisão domiciliar | 792 |
| 2.5.2.2. Da prisão temporária..... | 794 |
| 2.5.2.2.1. Origem e distinção em relação às outras medidas cautelares pessoais | 794 |
| 2.5.2.2.2. Legitimidade para requerer a prisão temporária | 798 |

| | |
|--|-----|
| 2.5.2.2.3. Momento da decretação da prisão temporária | 799 |
| 2.5.2.2.4. Os fundamentos da prisão temporária..... | 799 |
| 2.5.2.2.5. Prazo da prisão temporária | 804 |
| 2.5.2.2.6. Regime de cumprimento da prisão temporária..... | 805 |
| 2.5.3. Direitos da pessoa submetida ao regime de custódia cautelar | 805 |
| 2.5.4. Direitos das vítimas e medidas cautelares pessoais..... | 808 |
| 2.6. AS CAUTELARES REAIS (MEDIDAS ASSECURATÓRIAS) | 808 |
| 2.6.1. O sequestro de bens no processo penal | 810 |
| 2.6.2. O arresto de bens no processo penal | 812 |
| 2.6.3. A especialização de hipoteca legal..... | 813 |
| 2.7. AS CAUTELARES PROBATÓRIAS: NOTA EXPLICATIVA..... | 814 |

CAPÍTULO 13

DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL 815

| | |
|--|-----|
| 1. A FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS E SUA FINALIDADE..... | 815 |
| 2. A BASE CONSTITUCIONAL-CONVENCIONAL DO SISTEMA DE SANÇÃO À DESCONFORMIDADE | 818 |
| 3. A ESCALA DA DESCONFORMIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS | 820 |
| 3.1. A INEXISTÊNCIA DO ATO PROCESSUAL | 820 |
| 3.2. AS MÉRAS “IRREGULARIDADES” | 820 |
| 3.3. AS DESCONFORMIDADES ENUMERADAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... | 821 |
| 4. AS ESPÉCIES DE DESCONFORMIDADE | 822 |
| 4.1. DESCONFORMIDADES ABSOLUTAS..... | 823 |
| 4.2. DESCONFORMIDADES RELATIVAS..... | 823 |
| 4.2.1. Reparação da desconformidade: a convalidação..... | 823 |
| 4.3. LIMITAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS | 825 |
| 4.4. ESPÉCIES DE CONSEQUÊNCIAS | 827 |
| 4.4.1. Nulificação | 827 |
| 4.4.2. Inadmissibilidade | 827 |
| 4.4.3. Inutilização | 828 |

CAPÍTULO 14

COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL 829

| | |
|---|-----|
| 1. COMPROMISSOS INTERNACIONAIS E SEUS REFLEXOS..... | 829 |
| 2. A ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA AOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS | 831 |
| 3. O PAPEL DA DOUTRINA NA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL | 835 |
| 4. OS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL | 838 |
| 5. A POSIÇÃO DO ESTADO NA ATIVIDADE COOPERATÓRIA E SUAS ESTRUTURAS INTERVENIENTES | 840 |
| 6. AS ESPÉCIES DE COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL..... | 842 |

SIGLAS EMPREGADAS..... 855